



PREFEITURA MUNICIPAL DE VIANA - ES

DECISÃO DOS RECURSOS CONTRA GABARITO PRELIMINAR

I DOS RECURSOS

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos concorrentes ao cargo **PEDAGOGO** que insurgem contra a publicação do GABARITO PRELIMINAR da Prova Escrita Objetiva de Múltipla Escolha, conforme disposto no **CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VIANA – ESPÍRITO SANTO, CONFORME EDITAL 001/2018.**

II

DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS ANÁLISE DOS RECURSOS

Os questionamentos suscitados pelos recorrentes são a seguir analisados:

Questão 05 PROVA 01 Questão 05 PROVA 02

Procedem as alegações do recorrente.

Devido a ausência da palavra destacada na alternativa C, a questão está NULA.

DEFERIDO

Questão 14 PROVA 01
Questão 11 PROVA 02

Não procedem as alegações do recorrente.

Quando combinadas as teclas WIN + D, todas as janelas são minimizadas, entretanto o objetivo dessa minimização é tão somente mostrar o desktop.

INDEFERIDO

Questão 18 PROVA 01
Questão 15 PROVA 02

Não procedem as alegações do recorrente.

O artigo 5º da lei em questão traz:

A execução do PME e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas, realizados pelas seguintes instâncias:

- I - Secretaria Municipal de Educação - SEMED;
- II - **Comissão de Educação da Câmara dos Vereadores;**
- III - Conselho Municipal de Educação;
- IV - Fórum Municipal de Educação de Viana.

INDEFERIDO

Questão 17 PROVA 01
Questão 14 PROVA 02

Não procedem as alegações do recorrente.

Claro que as ditaduras de Chaves (1999-2013) e de Maduro (desde 2013) estão no centro do problema, mas alguns acontecimentos passados foram determinantes: Após a descoberta de petróleo na Venezuela, em 1922, o país viu uma sucessão de golpes e



partidos políticos que buscavam abocanhar parte dos recursos gerados nos acordos com companhias estrangeiras. O que parecia resolvido com a democracia, implementada em 1958, e que se tornaria a mais longeva da América do Sul, durou pouco.

Em 1973, após o primeiro choque do petróleo, o país decidiu nacionalizar empresas petrolíferas, condensando tudo na gigante PDVSA. Com recursos do petróleo, o Estado adentrou na economia. Grandes empresários perceberam que, estando os recursos no governo, deveriam adaptar-se e produzir para o governo, não para os consumidores. Isso fez com que a população se tornasse cada vez mais dependente do auxílio estatal.

O petróleo e derivados respondem por 96% das exportações da Venezuela (no Brasil, por exemplo, são só 9%). O boom na cotação do barril, na década passada, sob o governo Chavez, fez ingressar na Venezuela mais de US\$ 750 bilhões. Com controle total sobre a maior fonte de riqueza do país e ataques a empresários, Chavez aproveitou a bonança para expandir ainda mais a presença do Estado na economia.

<https://super.abril.com.br/sociedade/afinal-o-que-aconteceu-com-a-venezuela/>

INDEFERIDO

Questão 21 PROVA 01

Questão 41 PROVA 02

Não procedem as alegações do recorrente.

Os Recursos argumentam sobre a validade do item 3.

Porém, segundo Libâneo o item: "o que os alunos irão alcançar com esse assunto" está relacionado aos OBJETIVOS ESPECÍFICOS e não ao OBJETIVO GERAL.

Portanto a questão está correta e sem erros nos itens.

INDEFERIDO

Questão 25 PROVA 01

Questão 45 PROVA 02

Não procedem as alegações do recorrente.

O argumento apresentado de que o pensamento não está sendo exigido no edital está incorreto visto que o edital solicita do candidato:

1.4.2. 12. Pedagogo

Aspectos Filosóficos da Educação - Concepções de Educação e tendências pedagógicas; as principais teses e teorias sobre o pensamento pedagógico brasileiro. Aspectos Sociológicos da Educação - A relação entre educação, ideologia e política; as relações sociais na escola; democratização da escola: autonomia, autogestão, participação e cidadania. Aspectos Psicológicos da Educação - Desenvolvimento humano - teorias psicogenéticas: as contribuições de Piaget e de Vigotsky; aprendizagem: abordagens inatistas, comportamentalista, construtivista, histórico-cultural. Aspectos da Política Educacional Brasileira - A LDB; medidas e dispositivos legais de proteção à criança e ao adolescente. Aspectos do Cotidiano Escolar - os conteúdos de ensino e os materiais didáticos; métodos e procedimentos de ensino; produção do conhecimento; Aspectos da Orientação Educacional - A Orientação Educacional: princípios, atuação e desafios; a Orientação Educacional no espaço escolar: currículo, projeto político-pedagógico, planejamento, avaliação; o espaço da Orientação Educacional: conflitos, visão crítica, relações no ambiente escolar; articulação escola/comunidade; o fracasso escolar; Pedagogia do Trabalho: uma nova perspectiva para o Orientador Vocacional; relação trabalho/educação; principais técnicas de escolha ocupacional. Resolução nº 4 de 02 de outubro de 2009 –diretrizes Operacionais para atendimento educacional especializado na Educação Básica; Plano Nacional de Educação, Competências gerais da Base Nacional Comum Curricular, os fundamentos pedagógicos da BNCC.

O item concepções pedagógicas e tendências pedagógicas incorpora o estudioso em questão, além do item avaliação englobar todo o processo sobre a mesma.

INDEFERIDO

Questão 26 PROVA 01

Questão 46 PROVA 02

Não procedem as alegações do recorrente.

O argumento de conteúdo multidisciplinar, conteúdo se encontra em edital.
Resolução sobre atendimento educacional versa sobre o tema.

INDEFERIDO

Questão 28 PROVA 01

Questão 48 PROVA 02

Não procedem as alegações do recorrente.

A zona de desenvolvimento potencial é a capacidade que uma pessoa tem para resolver as atividades propostas por uma pessoa mais experiente.

A zona de desenvolvimento proximal é considerada como o nível intercessor entre o Desenvolvimento Real e o Desenvolvimento Potencial. De acordo com Vygotsky, a ZDP é fomentada pela interação de um indivíduo aprendiz com outros indivíduos com maior experiência. O uso dessa abordagem na prática educacional necessita que o professor ou instrutor identifique a Zona Proximal e a estimule rumo ao progresso conjunto. Isso faz com que o caminho de aprendizagem seja o condutor do aprendiz da Zona de Desenvolvimento Proximal ao Nível de Desenvolvimento.

A zona de desenvolvimento real é determinada pela capacidade que uma pessoa tem de solucionar sozinha as atividades que aparecem no caminho. Isso, entretanto, não significa que o indivíduo é um autodidata que aprende tudo sozinho. O aprendizado por meio dos estudos, do autoconhecimento, da leitura de livros, da escuta de palestras, do envolvimento com atividades educativas, do convívio com outras pessoas e da experiência são apenas alguns dos fatores que contribuem para que um ser humano construa sua inteligência, intelecto, habilidade técnica, senso crítico e que seja capaz de resolver problemas sozinho.

INDEFERIDO

Questão 30 PROVA 01

Questão 50 PROVA 02

Não procedem as alegações do recorrente.

O fato de a contextualização da questão enfatizar que a formação cultural da criança está em primeiro plano relacionada ao seu convívio familiar, não contradiz a afirmação de que é no ambiente escolar que a criança deve ser observada por profissionais gabaritados, os

quais poderão detectar possíveis dificuldades e trabalhá-las a tempo para que não se tornem um problema em suas futuras aprendizagens.

Na alternativa II, por erro gráfico, a palavra ASPECTO foi grafada sem a letra “c”. Entretanto, o contexto não dá margem para equívocos: As práticas de educação e cuidados voltadas à criança pequena se destinam a possibilitar a ela a integração entre os ASPETOS físicos, emocionais, afetivos, cognitivos e sociais.

INDEFERIDO

Questão 31 PROVA 01

Questão 21 PROVA 02

Não procedem as alegações do recorrente.

O fenômeno do bullying ocorre com maior incidência em escolas mas não está a elas restrito, podendo ocorrer em outros ambientes sociais. No entanto, não se pode negar que esse tipo de violência tem sido mais percebido nas convivências escolares. Desse modo, precisamos atentar para as formas como as escolas – e demais instituições – estão trabalhando tais questões, a exemplo da compaixão, compreensão, não comparação entre pares, diálogo, amorosidade e estímulo para uma convivência sadia com as diferenças.

INDEFERIDO

Questão 32 PROVA 01

Questão 22 PROVA 02

Procedem as alegações do recorrente.

O conteúdo cobrado na questão não faz parte do previsto em edital.

QUESTÃO NULA

DEFERIDO

Questão 34 PROVA 01

Questão 24 PROVA 02

Não procedem as alegações do recorrente.

A questão é objetiva e não contém erros.

O enunciado afirma que o profissional tem que ser licenciado, ou seja, detentor de nível escolar superior.

A Licenciatura em Educação Básica proporciona uma formação abrangente que constitui uma etapa de aprendizagem promotora da aquisição de competências pedagógicas, culturais e científicas para intervir em diversos contextos educativos.

INDEFERIDO

Questão 36 PROVA 01

Questão 26 PROVA 02

Procedem as alegações do recorrente.

Na escola, o orientador educacional é um dos membros da equipe gestora, ao lado do diretor e do coordenador pedagógico. Ele é o principal responsável pelo desenvolvimento pessoal de cada aluno, dando suporte a sua formação como cidadão, à reflexão sobre valores morais e éticos e à resolução de conflitos.

Ao lado do professor, esse profissional zela pelo processo de aprendizagem e formação dos estudantes por meio do auxílio ao docente na compreensão dos comportamentos das crianças. Ou seja: enquanto o professor se ocupa em cumprir o currículo disciplinar, o orientador educacional se preocupa com os conteúdos atitudinais, o chamado currículo oculto. Nele, entram aspectos que as crianças aprendem na escola de forma não explícita: valores e a construção de relações interpessoais.

Por tratar diretamente das relações humanas, o orientador educacional pode ter suas funções confundidas com as de um psicólogo. Essa confusão, no entanto, deve ser evitada, porque, embora também lide com problemas de convivência e com dificuldades de aprendizagem das crianças, a função do orientador se aproxima mais do aspecto pedagógico e NÃO DA DIMENSÃO TERAPÊUTICA DO ATENDIMENTO.

Sendo assim, responde à questão a alternativa A.

DEFERIDO

Questão 37 PROVA 01

Questão 27 PROVA 02

Não procedem as alegações do recorrente.

A questão está ancorada nos conteúdos presentes em Edital: Aspectos Psicológicos da Educação - Desenvolvimento humano - teorias psicogenéticas: as contribuições de Piaget e de Vigotsky; aprendizagem: abordagens inatistas, comportamentalista, construtivista, histórico-cultural.

Ademais, não há a cobrança de uma literatura específica sobre os autores Baltes, Bronfenbrenner, Elder, Hinde, Lewin, Magnusson, Valsiner, Vygotsky, entre outros. Estes foram citados exclusivamente para reforçar que todos são pensadores da Psicologia do Desenvolvimento.

INDEFERIDO

Questão 41 PROVA 01

Questão 31 PROVA 02

Não procedem as alegações do recorrente.

É **dever** da família, da comunidade, da sociedade em geral e **do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.**

O Poder Público criará oportunidades de acesso ao IDOSO à educação, adequando currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais a ela destinado, segundo Estatuto do Idoso. Apenas o item “A” está plenamente correto. Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 42 PROVA 01
Questão 32 PROVA 02

Procedem as alegações do recorrente.

A questão está correta e sem erros, porém, o conteúdo abordado não está previsto em edital.

Questão NULA.

DEFERIDO

Questão 44 PROVA 01
Questão 34 PROVA 02

Não procedem as alegações do recorrente.

É garantida a preferência na formulação e na execução de políticas sociais públicas específicas ao idoso, segundo Estatuto do Idoso. Apenas o item “D” está plenamente correto. Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 45 PROVA 01
Questão 35 PROVA 02

Não procedem as alegações do recorrente.

Conforme a LDB 9.394/93:

Art. 61. Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são: [\(Redação dada pela Lei nº 12.014, de 2009\)](#)



I – professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio; [\(Redação dada pela Lei nº 12.014, de 2009\)](#)

(...)

IV - profissionais com notório saber reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino, para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação ou experiência profissional, atestados por titulação específica ou prática de ensino em unidades educacionais da rede pública ou privada ou das corporações privadas em que tenham atuado, exclusivamente para atender ao inciso V do caput do art. 36; [\(Incluído pela lei nº 13.415, de 2017\)](#)

V - profissionais com notório saber reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino, para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação ou experiência profissional, atestados por titulação específica ou prática de ensino em unidades educacionais da rede pública ou privada ou das corporações privadas em que tenham atuado, exclusivamente para atender ao inciso V do caput do art. 36; [\(Incluído pela lei nº 13.415, de 2017\)](#)

INDEFERIDO

Questão 46 PROVA 01

Questão 36 PROVA 02

Procedem as alegações do recorrente.

Conforme **DECRETO Nº 72.846, DE 26 DE SETEMBRO DE 1973.**

Art. 8º São atribuições privativas do Orientador Educacional:

a) Planejar e coordenar a implantação e funcionamento do Serviço de Orientação Educacional em nível de:

1 - Escola;

2 - Comunidade.

b) Planejar e coordenar a implantação e funcionamento do Serviço de Orientação Educacional dos órgãos do Serviço Público Federal, Municipal e Autárquico; das Sociedades de Economia Mista Empresas Estatais, Paraestatais e Privadas.

c) Coordenar a orientação vocacional do educando, incorporando-o ao processo educativo global.

d) Coordenar o processo de sondagem de interesses, aptidões e habilidades do educando.

e) Coordenar o processo de informação educacional e profissional com vista à orientação vocacional.

f) Sistematizar o processo de intercâmbio das informações necessárias ao conhecimento global do educando.

Instituto CONSULPAM Consultoria Público-Privada

Tel: (85) 3224-9369/3239-4402 – Av. Evilásio Almeida Miranda, 280 – Edson Queiroz

CEP: 60.834-486 – Fortaleza-CE. CNPJ: 08.381.236/0001-27

- g) Sistematizar o processo de acompanhamento dos alunos, encaminhando a outros especialistas aqueles que exigirem assistência especial.
- h) Coordenar o acompanhamento pós-escolar.

Responde à questão a alternativa B.

DEFERIDO

Questão 47 PROVA 01

Questão 37 PROVA 02

Procedem as alegações do recorrente.

Conforme a LDB 9.394/93:

Art. 35. O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades:

I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

Percebemos, então, que a alternativa A não está correta.

Art. 32. O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante: [\(Redação dada pela Lei nº 11.274, de 2006\)](#)

(...)

§ 4º O ensino fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais.

O texto do § 4º está conforme descrito na alternativa B, dada como certa no gabarito preliminar.

Art. 24. A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

I - a carga horária mínima anual será de oitocentas horas para o ensino fundamental e para o ensino médio, distribuídas por um mínimo de duzentos dias



de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver; [\(Redação dada pela Lei nº 13.415, de 2017\)](#)
Conforme o exposto, mantêm-se o gabarito.

A alternativa C também está correta. Por essa razão, QUESTÃO NULA.

DEFERIDO

III DAS CONCLUSÕES

Diante do exposto, submetido o presente recurso à análise da Banca Examinadora, os mesmos foram julgados **DEFERIDOS e/ou INDEFERIDOS** de acordo com as decisões e fundamentações supra elencadas, com base no Capítulo XI do Edital 001/2018 que rege este Concurso. Fica reiterado que “*A Banca Examinadora se constitui na última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais*”.

Publique-se,

Fortaleza – CE 17 de abril de 2019.

CONSULPAM